

A REFLEXÃO DO ESTUDO DA VARIAÇÃO DO MODO SUBJUNTIVO NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Vania Raquel Santos Amorim

Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica (CNPQ). Bolsista CAPES. E-mail: quelva@hotmail.com.

Valéria Viana Sousa

Doutora em Letras (Língua Portuguesa e Linguística) pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB. Professora titular do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários - DELL da UESB. Docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin)/ Mestrado Profissional em Letras (ProfLetras/CAPES). Líder do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica - CNPQ. E-mail: valeriavianasousa@gmail.com.

Andreia Prado Lima

Doutoranda em Linguística pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGLin). Professora de Língua Portuguesa e Redação na rede privada de ensino no município de Vitória da Conquista. Membro do Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo e em Linguística Histórica (CNPQ).

Resumo: Este artigo tem como objetivo discutir o processo de ensino/aprendizagem do modo verbal subjuntivo abordado no livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido” de Abaurre, Abaurre e Pontara (2013), bem como o seu tratamento na gramática normativa para explicar a variação linguística que ocorre nesse modo verbal na língua oral em uso. Após análise do livro didático, das gramáticas normativas e análise de dados reais de fala da comunidade de Vitória da Conquista (*Corpus PPVC*), chegamos à conclusão de que não há uma definição precisa nesses materiais para explicar a variação desse modo verbal no uso real da língua. Subsidiados pelas teorias Sociolinguística, Funcionalismo e Sociofuncionalismo, mostramos alguns condicionadores que influenciam a variação do modo subjuntivo e sinalizamos a importância dos professores terem uma base teórico-metodológica para, no seu trabalho pedagógico, levarem os alunos a refletirem sobre a língua que usam. Diante da escola como reflexo ativo e com a função de desenvolver no aluno a competência discursiva para que esteja apto a usar a variedade adequada a cada contexto de interação, apresentamos a análise do subjuntivo como uma proposta de pensar a educação Sociolinguística ou, nos termos próprios da teoria, a Sociolinguística Educacional nos materiais escolares de uma forma mais contextualizada com a realidade linguística contemporânea.

Palavras-chave: Livro didático. Modo verbal. Subjuntivo.

1. Introdução

Devido ao caráter fluido e movente da língua, sua estrutura não pode ser esgotada e, por isso, a língua só é analisada adequadamente quando se leva em conta o seu funcionamento social. Levando isso em consideração, a Tradição Gramatical (TG) não dá conta de explicar alguns fenômenos linguísticos, porque a língua apresentada por ela tem uma realidade estática, diferente da língua em uso, descrita na Tradição Linguística (TL) como reconhecidamente heterogênea e dinâmica e, por essa razão, a TG não consegue prever as direções do seu uso.

Em virtude da norma-padrão não ser capaz de conter a variação e mudança linguística, seu emprego torna-se cada vez mais distante dos usos linguísticos reais e é, refletindo nesse distanciamento entre forma padronizada e os usos reais, que trazemos à discussão a variação linguística no modo subjuntivo no uso real da língua como uma forma de refletirmos a língua que usamos.

Temos, então, o objetivo de pesquisar a variação do subjuntivo na língua oral e averiguar se o tratamento desse modo verbal na gramática normativa e no livro didático dá conta de explicar esse processo variável na língua em uso.

De acordo com Lima (2014), o novo desafio enfrentado para os que elaboram os livros didáticos é seguir os parâmetros que o Programa Nacional do livro didático (PNLD) indica, a saber: interdisciplinaridade, cidadania e heterogeneidade. Com essa exigência dos Documentos Oficiais, conjecturamos que a heterogeneidade seja um parâmetro que esteja inserido na abordagem dos conteúdos do volume 2 da coleção do livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido” de Abaurre, Abaurre e Pontara (2013), trazendo à tona, então, a discussão do preconceito linguístico e da variação linguística não apenas em um capítulo específico, mas nas discussões presentes em toda a obra sobre fenômenos linguísticos.

Diante da realidade variável da língua que nos cerca, a Sociolinguística, o Funcionalismo e o Sociofuncionalismo exercem papéis relevantes para um ensino reflexivo da Língua Portuguesa na sua diversidade linguística ao considerarem na sua investigação aspectos sociais e linguísticos e reconhecerem a variação da língua como condição inerente ao sistema linguístico. Por isso, tomamos essas teorias como base para a análise dos dados desta pesquisa.

É importante salientar que investigar fenômenos em variação da língua tem contribuído para a reflexão dos usos da nossa língua materna. O conhecimento de teorias e métodos que explicam o caráter variável da língua capacita o docente para operar com a

questão da diversidade linguística na sua prática de ensino, bem como a habilidade de conduzir os alunos a ampliação da competência discursiva.

Com esses propósitos, este trabalho compõe-se de seis seções, a saber: Nesta seção 1, apresentamos a hipótese e o objetivo do trabalho. Na seção 2, expomos o tratamento do modo subjuntivo na gramática normativa e no livro didático. Na seção 3, abordamos a respeito das teorias para o embasamento da pesquisa. Na seção 4, tratamos dos procedimentos metodológicos. Na seção 5, dedicamo-nos à discussão dos resultados da pesquisa. Na seção 6, recuperamos alguns resultados da pesquisa e, por fim, apresentamos as referências.

2. A abordagem do modo subjuntivo na gramática normativa e no livro didático

É consensual na Gramática Normativa que o modo subjuntivo, em oposição à noção de realidade ou de verossimilhança ao modo indicativo, faz referência a fatos tidos como incertos, ou como define Luft (s.d), o modo subjetivo.

Por vezes, deparamo-nos com certas construções nas quais não se têm um subsídio coerente e consistente para explicar tais realizações. Por exemplo, Kury (1964) reconhece que a definição de modo verbal tem um valor relativo, pois, ao analisarmos o tempo futuro do indicativo em construções apresentadas por ele: 1) *Ele chegará hoje?* 2) *Não matará.* 3) *Discordarão alguns desta orientação.* (KURY, 1964, p.71), percebemos que o valor de incerteza está presente em construções do modo indicativo, não sendo, então, algo somente restrito ao modo subjuntivo.

No primeiro exemplo, o modo indicativo pode expressar dúvida; na segunda frase, ordem e, na terceira, possibilidade. Como compreender essa fluidez dentro da Tradição Gramatical? Percebemos claramente, nos exemplos expostos, que o traço de incerteza, posto como inerente ao subjuntivo, é deslocado para outros contextos linguísticos.

No livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido”, o subjuntivo é definido como um enunciado que é tomado pelo falante como incerto, hipotético, duvidoso: 1) *Espero que você traga o material que eu pedi.* 2) *Eu ficaria agradecida se você me ajudasse a terminar os exercícios de matemática.* (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2013, p. 261).

Como evidenciado nos exemplos, o modo subjuntivo está atrelado à enunciação de ações verbais incertas e hipotéticas. No entanto, podemos perceber que esse conceito é limitado quando nos deparamos com o modo indicativo sendo usado em contexto de subjuntivo com o valor de incerteza:

(1) Ooo gente o que eu peço a Deus é saúde, que ele RENOVA a minha fé, que ele LEVA minha família, que minha família SIRVA ao Senhor que VENHA servir a ele, a minha casa SERVI a ele, porque nada nesse mundo aqui que ahente tem aqui ahente vai levar. (M.J.R.S, *CORPUS PPVC*)

Nesse dado de fala, encontramos os usos alternados dos modos indicativo e subjuntivo onde, segundo a Gramática Normativa, deveria ser empregado apenas formas do subjuntivo. O que percebemos, nesse exemplo, é que as formas variantes do subjuntivo exercem a mesma função no enunciado, o que será mais explicado na seção análise dos dados.

3. Teorias em diálogo no estudo do modo subjuntivo

Na literatura linguística, o modo subjuntivo é estudado à luz de teorias como Sociolinguística e Funcionalismo, dentre outras. As teorias Sociolinguística e o Funcionalismo constituem teorias que se unem por reconhecerem a heterogeneidade da língua e por priorizarem seu uso real como ponto basilar para explicar processos de variação e mudança. Essa interface entre as teorias e a articulação dos seus princípios recebe a denominação de Sociofuncionalismo.

Dialogando com as teorias mencionadas, resgatamos para o estudo do subjuntivo as noções de marcação, a modalidade na visão givoniana e três dos cinco princípios de gramaticalização estabelecido por Hopper (1991): estratificação, divergência e persistência.

A respeito do princípio da marcação, Givón (2011) estabelece os seguintes critérios: (1) A variante mais marcada tende a exibir maior complexidade estrutural em relação ao padrão neutro (estrutura não-marcada) - Critério da *complexidade estrutural*. (2) A estrutura marcada apresenta uma distribuição de frequência menor em relação ao padrão neutro – Critério da *restrição distribucional*. (3) A variante mais marcada é cognitivamente considerada mais complexa em relação ao padrão neutro – Critério da *complexidade cognitiva*.

Em relação à modalidade, seu conceito se baseia na visão givoniana entendida como a atitude do falante no que se refere à proposição epistêmica e deôntica.

No tocante ao princípio de gramaticalização, a estratificação se torna relevante para a pesquisa, porque esse princípio está relacionado à concomitância de formas que codificam

uma mesma função. Podemos reconhecer esse princípio no estudo do modo subjuntivo quando ocorre a alternância das formas indicativas e subjuntivas em contexto de subjuntivo.

Pensamos na divergência como Processo de Gramaticalização da forma variante (o modo indicativo) com a permanência na língua de sua forma primeira (a forma subjuntiva). E no princípio da persistência, por fim, percebemos o valor de subjuntivo que permanece, mesmo com a alternância com a forma indicativa.

Mediante a junção dos preceitos mencionados entre vertentes teóricas, estamos certos de que isso permitirá compreender os fatores que condicionam a variação do modo subjuntivo na língua em uso. Diante disso, assumimos a possibilidade da associação entre essas teorias, mostrando isso a partir de algumas semelhanças entre os seus aportes teóricos e metodológicos, como também, através do diálogo entre o trabalho realizado por Tavares (2003), que dedicou, em sua tese, um capítulo sobre o que ela denomina de casamento entre a Sociolinguística e o Funcionalismo.

Camacho (2001) nos diz que, nas bases dos postulados da Sociolinguística, a variação é inerente ao sistema linguístico. Essa convicção de que a língua passa por um processo de alteração constante no sistema linguístico também é encontrada na teoria funcionalista na afirmação de Givón (2001, p.17): “a língua muda constantemente”.

Mollica (2007, p.9), ao falar sobre variação, expressa que a Sociolinguística “[...] estuda a língua em uso no seio da comunidade de fala”. O Funcionalismo, por sua vez, “procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso.” (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 29).

Outro princípio preconizado pela Sociolinguística, parte do pressuposto “[...] de que as alternâncias de uso são influenciadas por fatores estruturais e sociais.” (MOLLICA, 2007, p.10). Na hipótese funcionalista, também, observamos essa semelhança quando essa teoria considera que há “[...] uma relação estreita entre estrutura das línguas e o uso que os falantes fazem delas nos contextos reais de comunicação.” (MARTELOTTA, 2011, p.55-56).

Esses são apenas algumas semelhanças que podemos encontrar entre o Funcionalismo e a Sociolinguística. Podemos resgatar Tavares (2003) e encontrar outras características, a saber: (i) a mudança linguística ocupa uma posição de destaque e pode ser compreendida como um fenômeno contínuo e gradual; (ii) a prioridade que se atribui à língua em uso é afim nas duas teorias e (iii) os dados sincrônicos e diacrônicos não são tomados de maneira indissociáveis no estudo linguístico.

Apesar de tantos pontos em comum entre o Funcionalismo e a Sociolinguística, por se tratar de teorias distintas, em termos de princípios e metodologia, as semelhanças entre elas, por vezes, podem se dar de maneira superficial. Reconhecemos que alguns tópicos são inconciliáveis quando se trata de teorias distintas. Nesse caso, aspiramos às palavras de Pires de Oliveira (1999) quando expressa ser possível a construção de uma teoria na linguagem da outra, (PIRES DE OLIVEIRA, 1999), surgindo, então, uma linguagem comum. Seria um diálogo entre as diferenças existentes entre alguns conceitos incompatíveis entre elas.

E, como Tavares (2003) enuncia, nesse processo de diálogo, ocorrerá uma espécie de negociação, interpretação e adaptação entre os pressupostos teórico-metodológicos até se tecer uma conversa compreensível, na qual cada um terá clareza do seu lugar, ou seja, das diferenças existentes em relação ao outro, para, por fim, o casamento ser constituído de fato e o Sociofuncionalismo ser gerado.

4. Pressupostos metodológicos

Os dados da nossa pesquisa foram extraídos do volume 2 da coleção do livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido” de Abaurre, Abaurre e Pontara (2013) e de 24 informantes do *Corpus* Português Popular de Vitória da Conquista (*Corpus* PPVC) constituído pelo Grupo de Pesquisa em Linguística Histórica e pelo Grupo de Pesquisa em Sociofuncionalismo - CNPq com informantes sem escolaridade ou com até 5 anos de escolarização.

Os dados do *Corpus* PPVC foram codificados e submetidos ao programa estatístico GoldVarb seguindo a orientação da Tradição Sociolinguística.

Na próxima seção, apresentaremos os resultados percentuais e probabilísticos gerais do uso variável do modo subjuntivo na fala da comunidade conquistense e a análise de dados retirados do livro didático.

5. Análise dos dados

A abordagem a respeito do modo verbal subjuntivo no livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido” está restritamente associada a ações que transmitem incerteza, hipótese e desejo:

- (2) Que o novo ano **traga** saúde, alegria e prosperidade para todos!
- (3) É uma pena que alguns jovens não **conheçam** o prazer da boa leitura.
- (4) Não havia CD dos Titãs que ele não **comprasse**.
- (5) Mudarei para uma cidade de praia no dia em que não **precise** mais trabalhar. (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2013, p. 264-266).

Os exemplos trazidos, ao longo do livro didático na explanação do modo verbal subjuntivo e na maioria das 37 propostas de atividades, trata de verbo focando nos seguintes objetivos, dentre outros: “(1) Compreender as características da classe dos verbos. (2) Reconhecer o sentido dos diferentes tempos verbais e saber utilizá-los de acordo com o contexto.” (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2013, p.257).

Os poucos exemplos inseridos no livro didático que tratam da variação do modo subjuntivo são apontados como construções equivocadas, que devem ser evitadas e, assim, corrigidas.

- (6) Eu preciso que você **faz** isso para mim.
- (7) Você quer que eu **faço** isso para você?
- (8) Eu queria que ele me **dava** uma carona para o trabalho. (ABAURRE; ABAURRE; PONTARA, 2013, p.257).

Nos exemplos supramencionados, os autores utilizam os termos “correto” e “equivocado” para sinalizarem que tais construções podem ser evitadas quando se presta a atenção a correlação entre tempos e modos verbais. Nessa explicação, evidencia-se não só a supervalorização da norma-padrão da língua, como, também, percebe-se a falta de uma explicação consistente para compreendermos quais os fatores que influenciam o processo de variação na língua em uso.

Já que nem o livro didático, nem a gramática normativa dão conta de explicar a variação do modo subjuntivo, analisamos o dado a seguir, embasados na teoria Sociofuncionalista:

- (9) Ele disse: “[...] eles não qué que eu banhe aqui no colo. Quer que eu vô... vô pá casa de seu Herciloou pá casa de Amorim.” (E.L.C, *CORPUS PPVC*).

Observamos, nesse excerto de fala, o uso da forma subjuntiva na primeira oração subordinada o que indica, no valor desse modo, incerteza do fato expresso segundo prescreve

a Gramática Normativa. No entanto, na segunda oração subordinada, tem-se outra forma – o indicativo – que constitui uma espécie de estratificação do subjuntivo, em termos funcionalistas ou de variação do modo subjuntivo, em termos da Sociolinguística. O que podemos observar, nessa amostra de fala é que, na segunda oração completiva, o uso do modo indicativo não revela um fato real, conforme prescrito tradicionalmente, mas mantêm o valor nocional de incerteza mesmo sem o uso da forma subjuntiva.

Os resultados dessa pesquisa mostraram que, de um total de 87 ocorrências em que se prescreve o uso do modo subjuntivo, foram registradas 54 ocorrências de formas do subjuntivo em contexto de subjuntivo perfazendo um total de 62% e 38% na forma indicativa em contexto de subjuntivo.

Tabela 1: modo indicativo x modo subjuntivo

Formas
Subjuntivo 54 (62%)
Indicativo 33 (38%)
Total: 87

No tratamento variável do subjuntivo, este modo verbal se constitui o modo não marcado e apresenta as seguintes características: não marcado, pois apresenta um contexto de ocorrência maior, com menos complexidade estrutural e menos complexidade cognitiva.

O modo subjuntivo, por se constituir a forma não marcada, pode, consoante a visão givoniana, sofrer erosão de uma maneira mais fácil. É necessário frisar que a emergência da nova forma - o indicativo – não acarreta, necessariamente, o desaparecimento da forma mais antiga – o subjuntivo – e, então, neste momento, tomamos a posição de acionar três dos cinco princípios estabelecidos por Hopper (1991) para entendermos os estágios e graus de Gramaticalização pelos quais o subjuntivo pode passar: estratificação, divergência e persistência.

Para Hopper (1991), o princípio da estratificação em relação ao nosso fenômeno linguístico, ocorre da seguinte maneira: dentro de um mesmo domínio funcional, a forma indicativa surge como uma nova camada que marca a função que é exercida pela forma mais velha – o subjuntivo como observados nos seguintes fragmentos de fala:

(10) [...] aí ele falou bem assim: Tu quer [nem] que eu VÁ arrumar pra tu?
[...] (E.S.P)

(11) [...] ele falou assim: “Quer que eu VÔ com você?” (E.F.O, *CORPUS PPVC*)

O verbo ir em (11) mantém o mesmo valor nocional de incerteza do fragmento de fala em (10) mesmo com o emprego da forma indicativa *vou*. Essa forma variante do verbo ir (vô) pode passar pelo Processo de Gramaticalização, mas a sua forma mais antiga (vá) pode se manter como um item autônomo, processo conhecido como divergência. E, se o valor de subjuntivo permanece, mesmo que, no processo de alternância, a forma utilizada seja a forma indicativa, Hopper (1991) categoriza esse tipo de processo como princípio da persistência.

Sabemos que essa variação/estratificação ocorre porque o contexto comunicativo pressiona o sistema linguístico em virtude de uma necessidade de uso. Consequentemente, isso gera uma contínua remodelação ou reorganização das estruturas linguísticas e esses princípios estabelecidos por Hopper (1991) vêm trazer à luz a visão da gramática emergente, esclarecendo, assim, como esses processos e estágios da Gramaticalização podem ser compreendidos.

Posto essa visão de gramática emergente, o tratamento dado ao modo verbal subjuntivo no livro didático demonstra uma visão de língua (ainda) homogênea. Resgatando Lima (2014) e a sua pesquisa que tem como foco averiguar a variação linguística nos livros didáticos, seguimos o seu pensamento rumo a uma proposta sociolinguística que seria a inserção de exercícios no livro didático que abarquem a norma não padrão da língua como um benefício de aproximar a abordagem dos conteúdos nos livros didáticos com a realidade linguística dos alunos.

Devemos, na condição de docentes da Língua Portuguesa, apresentar aos discentes a prescrição da Tradição Gramatical, mas, para além do posto nesses compêndios, precisamos mostrar como os alunos efetivamente usam a língua e, nesse momento, a variação estará presente. Daí, travaremos reflexões sobre o uso, o estigma, a permissão do uso nas modalidades oral e/ou escrita a depender do contexto de uso. Essas e outras tantas questões são desafios que nós, pesquisadores, sonhamos em alcançar em busca de uma sociedade que compreenda a heterogeneidade linguística e a diversidade como algo inerente aos povos.

6. Conclusão

Neste trabalho, observamos como o modo verbal subjuntivo foi abordado no livro didático “PORTUGUÊS: contexto, interlocução e sentido” e na gramática normativa e se esse tratamento deu conta de explicar a variação do subjuntivo que ocorre na língua oral.

Observamos que o conteúdo verbo, no livro didático e na gramática normativa, teve uma abordagem rumo à língua homogênea sem uma explicação coerente a respeito do fenômeno variável do modo subjuntivo na língua oral.

Vimos que a variação do modo subjuntivo no *Corpus* PPVC pôde ser explicada a partir da teoria Sociofuncionalismo, resgatando a noção de marcação e dos princípios de gramaticalização, estratificação, divergência e persistência.

Chegamos à conclusão do quanto é importante que os professores tenham um embasamento sólido das teorias que explicam os processos de variação na língua para erigir não só a sua ação pedagógica, bem como conduzirem os alunos rumo à competência discursiva. Também é importante se pensar em uma inserção maior de atividades que abarquem a norma não padrão nos livros didáticos com explicações consistentes e coerentes para, assim, contemplar a realidade linguística do aluno.

Referências

ABAURRE, Maria Luiza M.; ABAURRE, Maria Bernadete M.; PONTARA, Marcela. **Português: contexto, interlocução e sentido**. v.2. 2 ed. São Paulo: moderna, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística: domínios e fronteiras**. São Paulo: Cortez, 2001.

CUNHA, Angélica Furtado da; COSTA, Marcos Antonio; CEZARIO, Maria Maura. Pressupostos teóricos fundamentais. In: CUNHA, Maria Furtado da; OLIVEIRA, Mariangela Rios de e MARTELOTTA, Eduardo Mário (Orgs.). **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIMA, Ricardo Joseh. Variação Linguística e os livros didáticos de português. In: MARTINS, Marco Antônio; VIEIRA, Silvia Rodrigues; TAVARES, Maria Alice (orgs.). **Ensino de português e sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014.

GIVÓN, Talmy. **Syntax: an introduction**. v.1. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GIVÓN, Talmy. **Compreendendo a gramática**. Natal: EDUFRN, 2011.

HOPPER, Paul J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, Elizabeth Closs; HEINE, Bernd (eds.). **Approaches to Grammaticalization: Focus on Theoretical and Methodological Issues**. v. 1. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 17-35.

KURY, Adriano da Gama. **Pequena gramática**: para a explicação da nova nomenclatura gramatical. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

LUFT, Celso Pedro. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo. [s.d]

MARTELOTTA, Mário Eduardo. **Mudança Linguística**: uma abordagem baseada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MOLLICA, Maria Cecília. Fundamentação teórica: conceituação e delimitação. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza. **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2007.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. **Uma história de delimitações teóricas**: 30 anos de semântica no Brasil. D.E.L.T.A. v.15, n. especial, São Paulo, 1999.

TAVARES, Maria Alice. **A gramaticalização de e, aí, daí, e então**: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo funcionalista. Tese (doutorado)- UFSC, Florianópolis, 2003.